

vos municipais, rol básico das séries documentais, diretrizes genéricas para a gestão documental.

261 **Conscientização para a diminuição do ruído nas escolas: uma preocupação do poder público com a saúde auditiva das crianças e a melhoria do rendimento escolar**

João Gualberto de Azevedo Baring
Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT)
Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (SDSP)
Processo 1998/14178-4
Vigência: 1/11/1999 a 31/7/2000

A legislação brasileira limita a exposição ao ruído em, no máximo, 85 dB(A), por 8h de trabalho, para prevenir a perda de audição, o stress, a falta de concentração e os prejuízos ao desempenho, disso decorrentes. Nas escolas, prevenção semelhante deve ser adotada, pois os alunos, inadvertidos sobre os malefícios dos excessos em suas gritarias, nos intervalos e recreios, chegam a expor-se a níveis altíssimos, havendo registros de valores de até 110 dB(A), o que, pela referida legislação, corresponde a uma exposição máxima de apenas 15 minutos. O Programa de Saúde Auditiva, da Prefeitura do Município de São Paulo, iniciou um trabalho nesse sentido, com alunos e professores, procurando recentemente o IPT, devido aos seus 25 anos de experiência com controle de ruído, visando conseguir apoio para o aprofundamento e expansão do programa. Decidiu-se então, transformar essa intenção em um projeto para a FAPESP.

262 **Proposição de políticas públicas a partir de modelos de avaliação e gestão de impactos socioambientais da visitação pública nas unidades de conservação do Estado de São Paulo**

José Carlos Barbieri
Escola de Administração de Empresas de São Paulo
Fundação Getúlio Vargas (FGV)
Processo 1998/14175-5
Vigência: 1/11/1999 a 31/8/2005

As unidades de conservação e de produção florestal de domínio público do Estado de São Paulo, cerca de 900 mil hectares, recebem mais de 1.900.000 visitantes, anualmente. Estes se concentram, tanto temporal quanto espacialmente, sobretudo em: Parque Estadual de Campos do Jordão (150.000), Estação Ecológica Juréia-Itatins (178.000), Parque Estadual da Capital Alberto Loeffgren (270.000), Parque Estadual do Jaraguá (216.000), Parque Estadual Juqueri (144.000), Estação Experimental de Tupi (80.000), Estação Experimental de Assis (80.000) e Parque

Estadual da Serra do Mar/Núcleo Picinguaba (230.000) – dados de 1997. Essa visitação concentrada tem acarretado problemas de ordem ambiental e de ordem socio-cultural. A situação pode tornar-se mais complexa, ao se considerar que é política do governo estadual aumentar tal visitação – de forma desconcentrada – visando à autossustentabilidade das referidas unidades, inclusive mediante geração de receitas. A exemplo de outros países, e de outros estados brasileiros, além do próprio governo federal, o Estado de São Paulo pesquisa instrumentos de planejamento e de gestão dos impactos advindos da visitação. A literatura é bastante vasta nesses assuntos e são inúmeras as experiências de aplicação em vários países – inclusive o Brasil – e vários os métodos e instrumentos empregados. No entanto, essa diversidade não permite, até o momento, a escolha daqueles mais adequados para a realidade paulista, tanto em termos socioambientais, quanto em relação à cultura e estrutura gerencial das unidades de conservação e de produção florestal. É propósito deste projeto a adequação desses instrumentos, visando a definição de políticas públicas eficientes.

263 **Políticas públicas do município de Pirajú: o patrimônio ambiental e cultural como bens de uso comum do povo (diagnóstico, gestão e avaliação)**

José Luiz de Moraes
Museu de Arqueologia e Etnologia
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 1998/14171-0
Vigência: 1/11/1999 a 31/7/2000

Esta proposta tem suas raízes no período em que participamos diretamente da administração pública do município de Piraju, na qualidade de secretário municipal de planejamento e meio ambiente. Quando implantamos a pasta municipal, fizemos prevalecer nossa formação e exercício acadêmico, dando a ela um perfil que valorizasse os atributos ambientais do município, nos segmentos físico-biótico e sócio-econômico-cultural. Naquela ocasião, por meio do projeto Paranapanema, com o apoio da FAPESP (proc. 95/04409-0), desenvolvemos um projeto de pesquisa básica, com perfil predominantemente acadêmico, relacionado com a temática “políticas públicas na área de urbanismo”. Em dezembro de 1996, a municipalidade editou a Lei 2.058, instituindo a “Política municipal de urbanismo de Piraju”, como produto deste estudo. A proposta ora em epígrafe busca focalizar, em moldes semelhantes, iniciativas ligadas ao patrimônio ambiental e cultural, com ênfase nos bens arqueológicos. Colocada à margem da industrialização, Piraju optou pelo turismo como forma de desenvolvimento social e econômico. E a fundamentação dessa atividade